

BASES EPSTEMOLÓGICAS, CONCEITUAIS E METODÓLOGICAS PARA A PESQUISA EM GEOGRAFIA DA SAÚDE NA PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

Flávia Maria da Silva¹

RESUMO

O presente artigo aborda o território e seu direcionamento no que tange ao campo de estudo da geografia da saúde. Direcionando-o como categoria de análise para a compreensão dos arranjos territoriais advindos das desigualdades socioespaciais. Especificamente, o texto trabalha a temática da atuação / intervenção da Geografia da Saúde, como promotora de pesquisas que subsidiem uma espacialização / territorialização da saúde, numa tríade quem envolve o território – a saúde – e o saneamento básico / ambiental. Através do método do materialismo dialético, busca-se compreender as desigualdades destas relações, a partir das contradições da realidade. O intuito é encontrar meios de intervenção no território, objetivando a redução das desigualdades e, conseqüentemente, o acesso às políticas públicas de saneamento e os serviços de promoção da salubridade ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia da Saúde, Território e Materialismo Histórico Dialético.

INTRODUÇÃO

As dinâmicas e desigualdades socioespaciais promovem a necessidade da apreensão de novas ferramentas teóricas, metodológicas e conceituais para uma compreensão dos fenômenos e seu dinamismo no território. Buscando atender esta necessidade, os estudos interdisciplinares despontam como um eficiente meio de abordagem do *complexus* das relações

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Especialista em Geografia pela Fundação de Ensino de Olinda - FUNESO; graduada em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Endereço Eletrônico: flaviageog@yahoo.com.br.

sociedade – natureza, ampliando o leque de ferramentas que subsidiem a investigação dos mais distintos elementos da territorialidade dos fenômenos geográficos.

Nos estudos que envolvem a saúde e a saúde pública, é comum a admissão de categorias de análise eminentemente geográficas como espaço, território e ambiente. A apropriação de tais conceitos, realizadas interdisciplinarmente por distintas disciplinas tem crescido, embora, por vezes, tal assimilação metodológica propõe novos usos de terminologias e, adjetivos são acrescentados aos termos existentes, de certa forma com pouca afinidade com o significado “original” destes. Embora comum, esta prática pode ser substituída por uma metodologia que minimize conflitos lógicos entre as diversas acepções a eles (os termos) atribuídas.

O presente artigo aborda o território e seu direcionamento no que tange ao campo de estudo da geografia da saúde. Num primeiro momento, é realizada uma discussão com o objetivo de inserir o território como categoria de análise dessa linha de estudo, levando em consideração os desdobramentos deste conceito e o objeto de estudo “saneamento básico” como intrinsecamente relacionado à salubridade ambiental da sociedade, de modo que a tríade território – saúde – e o saneamento encontra-se no cerne deste debate. Diante da estreita relação entre saneamento básico / ambiental e saúde pública, o território insere-se como meio de apreensão das relações socioespaciais no contexto de uma geografia da saúde.

Na segunda parte, o texto trata da dimensão dialética desta proposta, com o objetivo de debater como o método do materialismo dialético contribui na articulação interdisciplinar e na busca por uma compreensão das dimensões e conflitos dos objetos, atores e das relações socioespaciais, com a finalidade de transformação da realidade e suas precariedades.

Os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração dessa pesquisa tiveram como base principal o levantamento bibliográfico. A partir de leituras sobre o referido tema trabalhado em livros e artigos de autores conceituados que buscam correlacionar a o conceito de território e o método do materialismo histórico e dialético ao tema da saúde.

O CONCEITO DE TERRITÓRIO E SUA RELAÇÃO COM A GEOGRAFIA DA SAÚDE

Ultimamente o conceito de território vem sendo largamente discutido por diversos autores da Geografia, havendo um forte embate sobre sua definição. Historicamente o território esteve atrelado à ideia de fronteiras, Estado, nação, entre outros, tendo Friederich Ratzel como um dos precursores dessas teorias.

“O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através de interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir” (RATZEL, apud SOUZA 1995).

Observa-se que na visão de Ratzel a abordagem da territorialidade parte de uma compreensão de que esta se dá pela relação do Estado com seu território, onde o território é o espaço de posse do Estado, portanto delimitado pelas fronteiras políticas.

Outros autores dão maior ênfase à intrínseca relação existente entre a sociedade e o Poder para a formação de um território, desviando um pouco o foco dessa questão de Estado-nação. Segundo Arendt apud Souza (1995), a busca pelo poder acompanha a humanidade desde o seu surgimento na Terra. A guerra é usada como instrumento para se adquirir esse poder. Poder, violência, dominação, autoridade e competência são meios utilizados para o homem governar o homem.

O poder não precisa de justificativa, por ser inerente à existência de qualquer comunidade política, no entanto demanda legitimidade, já quando o domínio vem através da violência é porque o poder está em vias de ser perdido. [...] O poder e a violência se opõem, pois onde um domina de forma absoluta o outro está ausente. (ARENDR, apud SOUZA, 1995).

O território também apresenta caráter político, é um espaço modificado pelo trabalho e apresenta relações de poder, de modo que,

...um território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais (SAQUET, 2004, p. 128-129 apud Costa & Rocha, p. 47, 2010).

A atenção dada aos estudos envolvendo questões territoriais adquiriu visibilidade na Geografia especialmente a partir da década de 1970, de acordo com Saquet (2007) apud Faria &

Bortolozzi (2009), devido ao movimento de renovação crítica dessa ciência e a busca por novos modelos de análise espacial.

Em Robert Sack (1986), território está ligado ao controle de pessoas e/ou recursos através do controle de uma área. A escala varia muito, podendo ir do nível pessoal, de uma sala, ao internacional. Nesta análise está evidente as relações de poder abordadas no conceito. As relações de poder estabelecidas no território estão entre as contribuições mais importantes, visto que buscam entender como ocorrem a apropriação e dominação territorial em diferentes escalas de poder. (Costa & Rocha, p.46, 2010).

Para Santos (1998b) *apud* Faria & Bortolozzi (2009), o território é determinado pelas diferentes funções espaciais ou pelos diferentes usos espaciais, ou seja, a forma de apropriação e uso que a sociedade imprime em determinado recorte espacial. Não sendo possível entendê-lo ignorando as relações políticas e econômicas que se estabelecem no modelo capitalista de produção. Em decorrência disso, Santos (2005),

[...] compreende sob a perspectiva do uso. Para o autor o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Deve ser compreendido como uma totalidade que vai do global ao local. Em sua análise argumenta que o território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito quando o consideramos na perspectiva do seu uso. Tal entendimento é demasiadamente importante, visto que tem como preocupação principal a ação e a utilização desempenhada pelos seres humanos na produção do espaço. (SANTOS, 2005, *apud* COSTA & ROCHA p. 46).

Dessa maneira, entende-se que é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas. Santos (2005). A partir desse ponto de vista, é possível detectar a dialética do território, onde esse mesmo autor afirma que por ser usado² o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética na forma de compreensão do mundo através do olhar geográfico.

Quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideais, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado. Se essa convivência conhece uma regulação exterior, esta se combina com formas nacionais e locais de regulação. O conflito entre essas normas deve, hoje, ser um dado fundamental de análise geográfica. (SANTOS, 2005, p. 259).

² Território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. (SANTOS, 2005, p.255).

A partir das considerações dos diversos autores citados acima, é possível identificar que o conceito e os paradigmas de aplicação do mesmo ganharam novas perspectivas e uma abrangência extraordinária nas últimas décadas em virtude da contribuição e das novas abordagens trazidas por estes pesquisadores. Cada vez mais, percebe-se a forte relação do território relacionado ao uso, a apropriação do espaço, as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, de poder e de controle.

Diante do exposto atribui-se ao território, visto como palco das relações sociais, uma primordial relevância para a investigação da apropriação do espaço e sua relação com a saúde, além de desempenhar um papel fundamental para o planejamento de ações voltadas à mitigação dos impactos dessas na sociedade. Principalmente quando se fala em planejamento territorial urbano, já que este é capaz de evitar a proliferação de doenças, através de ações de controle sobre a ocupação de áreas inadequadas e de oferecimento de uma infraestrutura urbana ambientalmente saudável.

Através desse entendimento, bem como, da análise das relações que se desdobram em diferentes funções/ usos espaciais vistas em Santos (2005), tem-se o embasamento para delimitar territorialmente um espaço para a implementação de ações práticas de saúde pública.

A abordagem do território nessa perspectiva permite situar as relações territoriais em distintas escalas, permitindo assim o transitar desde as escalas territoriais locais como: acesso aos serviços, qualidade de vida, moradia, etc., bem como, sua relação com as escalas mais abrangentes como as políticas públicas, estabelecendo a relação com os processos sociais como saúde, educação, renda, etc. Esta relação dialética atribui certo grau de especificidade para cada arranjo territorial, subsidiando a compreensão da relação espaço, sociedade e processo saúde-doença.

Dando continuidade à exposição das abordagens do território e das territorialidades, é importante considerar os territórios em rede, buscando resgatar os atores e os fenômenos do isolamento.

A incorporação das noções de rede no campo da saúde adquiriu algumas conotações — malha de serviços, sistema articulado de serviços e ações, articulação sistêmica e ascendente de atenção e cuidados à saúde. O que permeia esses entendimentos é a ideia de que as redes permitem enraizamento, capilaridade, cobertura e penetração de territórios, traduzida em uma capacidade de alcance e de abrangência de diferentes modalidades de serviços e produtos de saúde (MENDES, 1993 Apud MONKEN, eT al, 2009 p 9).

Aos poucos foram introduzidos os conceitos da ciência geográfica para a fundamentação teórica dos estudos realizados sobre a salubridade ambiental³ ampliando o campo de conhecimento pertencente à Geografia da Saúde. Assim como, contribuindo para revelar o perfil territorial do processo saúde-doença, que vai assumir uma postura dialética aplicando-se o método de comprovação científica do materialismo histórico dialético que será abordado mais adiante. De acordo com Breilh e Granda (1989, p. 40 apud FARIAS & BORTOLOZZI, 2009):

[...] do ponto de vista da Epidemiologia, o processo saúde-doença é a síntese do conjunto de determinações que operam numa sociedade concreta, produzindo, nos diferentes grupos sociais, o aparecimento de riscos ou potencialidades característicos, por sua vez manifestos na forma de perfis ou padrões de doença ou saúde.

Segundo Monken, et al, 2009, estudos sobre justiça ambiental têm demonstrado que a contaminação não ocorre de forma equânime no espaço, afetando principalmente comunidades periféricas. Existe uma tendência de concentração de populações de baixa renda em áreas que oferecem algum tipo de risco à saúde, oriundas de atividades econômicas que causam algum tipo de degradação ambiental.

As áreas de morros e alagadiças dispensadas no passado pela classe mais elevada da sociedade acabaram sendo ocupadas pela população mais pobre, estas áreas de difícil acesso acabam sendo esquecidas pelo poder público e ficam desprovidas de infraestrutura, a exemplo do saneamento básico, causando uma acumulação de riscos, dentre os quais, a disseminação de doenças infecciosas.

Torna-se relevante o estudo da Geografia observando as contradições deixadas pelo capitalismo, onde parte da sociedade, o proletariado, integra um território completamente vulnerável, expondo os indivíduos, segundo grupos sociais e a sociedade a situações de risco desencadeadas por modificações nos determinantes e condicionantes das doenças, principalmente das infecciosas, transmitidas na interação homem-ambiente, como, por exemplo: a hepatite, a leptospirose, a cólera, e outras, ou ainda, aquelas transmitidas por vetores como a dengue, a malária, a leishmaniose, dentre outras.

Com o advento do capitalismo, o uso de recursos de alta tecnologia e as diversas transformações impostas pela globalização no âmbito político, social e econômico, vem

³ Salubridade ambiental - entendido como "o estado de higidez em que vive a população urbana e rural, tanto no que se refere à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de endemias e epidemias veiculadas pelo meio ambiente, como no tocante ao seu potencial de promover o aperfeiçoamento de condições mesológicas favoráveis ao pleno gozo de saúde e bem-estar". Envolve os princípios da integralidade das ações (água, esgotos, resíduos sólidos, drenagem e controle de vetores) e da qualidade e quantidade dos serviços prestados, compreendendo o ambiente domiciliar (moradia) e o ambiente público (via); (BRASIL, 2004, p 53).

configurando um panorama de exploração dos recursos, da mão de obra e também do uso dos territórios dos países periféricos. Com a instalação das grandes transnacionais com alta capacidade de poluição e degradação ambiental, atraindo muitas vezes esses trabalhadores à habitarem áreas extremamente imprópria sob o ponto de vista da salubridade, para morar próximo ao local de trabalho.

Para Confalonieri et al (2000) apud Monken, et al, 2009, as forças indutoras desse tipo de desenvolvimento econômico influenciam os modos e os estilos de vida das populações, sejam elas urbanas ou rurais, contribuindo para o agravamento dos problemas sociais e o desequilíbrio ambiental.

O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO MÉTODO CIENTÍFICO PARA PESQUISA EM GEOGRAFIA DA SAÚDE

A ciência geográfica enfrentou diversas crises ao longo de sua história enquanto ciência e passou por transformações importantes, desde a definição de seu objeto de estudo até o método científico utilizado, dando origem a diversas teorias e correntes de pensamento geográficos. Durante a crise do pensamento tradicional as ideias e concepções de Marx emergiram no debate da Geografia. Este movimento se inicia no pós-guerra, e ganha força nos anos cinquenta, já no bojo de uma perspectiva de renovação da Geografia, dando origem ao que ficou conhecida como Geografia Crítica.

Mas antes de adentrarmos neste assunto, é importante discutir o pensamento marxista, seu método científico e assim entender sua relação com a Geografia.

O Materialismo Histórico Dialético tem origem no pensamento de Marx, que tem sua gênese ancorada em concepções filosóficas do iluminismo do século XVIII e nas ciências humanas, estando fundamentado em três pontos basilares: *o Materialismo, a História e a Dialética*.

Na visão de Foster (2005), o *Materialismo* como teoria da natureza das coisas surgiu no início da filosofia grega. Em seu sentido mais geral, afirma que as origens e o desenvolvimento de tudo o que existe dependem da natureza e da “matéria”, ou seja, trata-se de um nível da realidade física que independe do pensamento e é anterior a ele. Para Alves (2010), o

Materialismo é toda concepção filosófica que aponta a matéria como substância primeira e última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo. E afirma ainda que:

[...] para os materialistas, a única realidade é a matéria em movimento, que, por sua riqueza e complexidade, pode compor tanto a pedra quanto os extremamente variados reinos animal e vegetal, e produzir efeitos surpreendentes como a luz, o som, a emoção e a consciência. O materialismo contrapõe-se ao idealismo, cujo elemento primordial é a ideia, o pensamento ou o espírito. (ALVES, 2010, p.1).

Mesmo tendo sido fortemente influenciado por Hegel, – idealista – Marx vai engrossar o coro dos materialistas, que mais tarde vai ser complementado por Engels, uma vez que o próprio Marx chegou a formular o método propriamente dito. Para o marxismo, a compreensão última dos processos históricos deve ser buscada na forma pela qual os homens produzem os meios materiais. Assim, Marx vai abordar em seus escritos a concepção materialista da História:

[...] parte do princípio de que a produção, e, junto com ela, o intercâmbio de seus produtos, constituem a base da ordem social; que em toda sociedade que se apresenta na História, a distribuição dos produtos e, com ela, a articulação social de Classes ou estamentos, se orientam pelo que se permuta do que foi produzido. Nessas condições as causas últimas de todas as modificações sociais e as subversões políticas não devem ser buscadas na cabeça dos homens, em sua crescente compreensão da verdade e da justiça eterna, mas nas transformações dos modos de produção e de intercâmbio; não se deve buscá-las na *Filosofia*, mas na *Economia* da época de que trata. (HARNECKER, p. 27).

Por sua vez, a *História* caracteriza-se como o ramo das ciências sociais que estuda a vida social no seu conjunto e todas as suas manifestações, a partir do pressuposto de que ela segue e descreve a corrente da vida social durante um intervalo de tempo e num determinado lugar. A teoria marxista da história segundo Bukharin (1970) é, deste modo, um estudo científico da sucessão descontínua dos diferentes modos de produção. Para Marx a História se destaca dentre as ciências humanas, por sua capacidade de verificar o movimento do objeto.

Marx destaca a visão geral da história humana, atendo-se, de forma mais contundente às particularidades da sociedade capitalista. Tendo imaginado uma densa transformação social oriunda das contradições intrínsecas a essa sociedade. Embora, tenha observado as contradições não são particulares ao sistema capitalista, as lutas de classes sempre ocorreram ao longo do tempo na história do homem, contudo, é no sistema capitalista que ela se consolida de forma mais acentuada. Marx e Engels buscaram compreender as contradições próprias ao sistema capitalista de produção e a divisão da sociedade em classes. Sendo a burguesia, menor parte da população, contudo, detentora dos meios de produção, concentrando assim a maior parte do capital em suas mãos e o proletariado, a maior parcela da sociedade, restando para esta, pouco ou quase nenhum recurso financeiro.

As classes sociais são grupos sociais antagônicos em que um se apropria do trabalho do outro por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção determinado, lugar que é determinado fundamentalmente pela forma específica em que se relaciona com os meios de produção. (HARNECKER, 1980, p. 161)

Já em relação à ideia dos movimentos contrários que constituem o *pensamento dialético*, Nascimento (2000), afirma que já podia ser encontrada desde a Antiguidade entre os pré-socráticos, porém, somente a partir de Hegel, é que percebe-se o método dialético, o qual fora constituído por três etapas: a *tese* (realidade), a *antítese* (negação) e a *síntese* (elevação da realidade negada a uma realidade superior), mantendo parte das características do primeiro. Mais tarde estas teorias serão reelaboradas por Marx e Engels.

Segundo Rosa & Backer (2006), para Marx a dialética é um método rigoroso de investigação científica, entretanto, deve respeitar seus próprios limites para demonstrar sua eficácia. Marx considera ainda, que as leis do pensamento correspondem às leis da realidade, sendo pensamento e realidade a um só tempo. Essa investigação científica traz consigo a tensão entre afirmação e negação, que leva à outra posição, em que as ideias são confrontadas, chegando a negação da negação, pensamento este, formulado por Hegel. Ainda segundo (ROSA & BACKER, 2006, p.37)

[A dialética] enfatiza a história, o movimento, o percurso do tempo e é dessa história seja ela da natureza do ser, seja da sociedade que foram abstraídas as leis da dialética sobre a vida. São elas, a lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa, a lei da interpretação dos contrários, a lei da negação da negação e a lei da ação recíproca ou da unidade polar.

Através da dialética marxista o mundo deve ser compreendido como dinâmico, em movimento, contraditório, histórico e a perspectiva da ciência, neste caso a Geografia, é a transformação da realidade objetivando novas sínteses. Esse resgate da dialética, como processo lógico da indagação científica, torna-se indispensável para verificação da sua concretude como método do conhecimento. É de fundamental importância o uso de um método científico e a construção de suas bases epistemológicas para a fundamentação de uma ciência.

A origem dos principais métodos, entendidos como sistemas filosóficos aplicados ao trabalho das ciências, reside em macroteorizações dotadas de uma vontade totalizadora. Comte, Marx e Levi-Strauss, por exemplo, geraram teorias que buscavam ser exaustivas no entendimento da realidade, logo que trafegassem por diferentes áreas, abordando vários fenômenos, influenciando em várias discussões, iluminando enfim, distintos campos de conhecimento. (MORAES, 2000, p. 9).

Ou seja, para Moraes (2009), cada campo do conhecimento teria sua forma própria de recortar a realidade, responsabilizando-se pelo equacionamento específico que cada um imprime numa inesgotável realidade. Assim, cada ciência teria seu ponto de vista particular.

Segundo Fernandes (1984) o materialismo histórico dialético designa um conjunto de doutrinas filosóficas que, ao rejeitar a existência de um princípio espiritual, liga toda a realidade à matéria e às suas modificações. É uma tese do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. É um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. (ALVES, 2010, p. 3).

Para Frigotto (1989) apud Costa & Rocha (2010), o materialismo histórico e dialético representa uma postura, uma concepção de mundo “um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica”.

Na visão marxista o capital ou capitalismo é visto como uma relação de produção e como uma organização econômica, bem como, uma organização social, pois divide a sociedade em classes e em territórios. Sendo perceptíveis desde os meios de trabalho e de vida até os de produção e do desenvolvimento da urbanização. Assim, a Geografia vai se encaixar perfeitamente nesta estrutura atuando como ciência de análise e crítica destas relações socioespaciais. Quaini chama atenção para a complexidade da obra de Marx, não tratando dos assuntos econômicos de forma isolada, mas sim, integrada a produção do espaço e a organização da sociedade.

Quando Marx fala de capital (no sentido de relação capitalista de produção e de processo de reprodução e acumulação do capital), não pensa em algo que diga respeito exclusivamente à produção econômica ou às técnicas de produção, mas em algo que ao mesmo tempo se refere à sociedade e ao território. (QUAINI, 1979, p. 22)

A construção da Geografia tendo como método de pesquisa as ideias marxistas deu origem à chamada Geografia Crítica que está baseada no materialismo histórico dialético. A necessidade de maior aprofundamento de conhecimento acerca dos problemas sociais, da ampliação da concentração de renda, do inchaço das grandes cidades que não possuíam infraestrutura suficiente para atender a sociedade, foi determinante para a introdução do pensamento marxista na Geografia e sua propagação entre um número significativo de pensadores. Segundo Rosa & Backer, (2006), o método dialético, especificamente na ciência geográfica, varia pelo fato de que essa disciplina age de maneira interdisciplinar, abordando dessa forma, fenômenos estudados por outras ciências.

A influência do marxismo significou uma nova orientação na prática política dos geógrafos, que buscaram romper com a neutralidade pregada pelo positivismo e se envolver mais em propostas de mudanças sociais. Para Moraes (1983), os geógrafos críticos, em suas diferenciadas orientações, assumem a perspectiva da transformação da ordem social.

E é nessa perspectiva da geografia crítica, preocupada em transformar a sociedade, em diminuir as desigualdades sociais, com acesso a um padrão de vida de qualidade de maneira equânime, que a Geografia da Saúde pode subsidiar diversas pesquisas. Tratando sobre temas como acesso a infraestrutura, saneamento básico, dentre outros que possam garantir à população como um todo, não apenas a classe de alto poder aquisitivo, um ambiente mais saudável, reduzindo assim as chances de contaminação e doenças.

Através do método materialista histórico e dialético a Geografia da Saúde pode apontar diversos fatores de ordem econômica, política e cultural que agem de forma direta para que haja, partes da sociedade com maiores possibilidades de contrair determinadas doenças

O materialismo dialético permitiu pensar de outro modo a articulação entre as disciplinas, abolindo-se as fronteiras entre as mesmas, abrindo para a geografia um debate profícuo com a Sociologia e com a Economia, além de seu parceiro constante, a História. (CARLOS, 2002, p. 164).

O método dialético, por sua vez, com postura crítica e autocrítica, preocupado em desvendar conflitos de interesse, com a transformação da realidade e da própria teoria, valoriza a dimensão histórica e o uso de categorias de análise no estudo da realidade, contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas Crítico-Dialéticas na Geografia, expressando interesses com questões sociais, integrando essas questões aos processos espaciais nos seus estudos.

[...] esse método ajudou na construção de referenciais teóricos da Geografia Crítica ou Radical, que seguiu várias tendências, com destaque especial para a linha de orientação marxista, analisando a dimensão espacial dos problemas socioeconômicos a partir do modo de produção capitalista, que segundo seus seguidores aumenta a diferenciação entre os lugares. (COSTA & ROCHA, 2009).

Segundo Costa & Rocha (2009) percebe-se a influência de vários geógrafos estrangeiros, como Ives Lacoste, Pierre George, David Havey, entre outros, além de não geógrafos como Henri Lefebvre, para fundamentar as discussões teóricas das novas tendências da Geografia de um modo mais crítico, tendo como método de análise, a Dialética e o Materialismo Histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência geográfica tem sofrido diversos processos de transformação desde sua institucionalização enquanto ciência em vários aspectos que a constitui. Desde a evolução e construção de um objeto de estudo até a utilização de um método científico que seja capaz de abranger toda sua complexidade, uma vez que trata-se de uma ciência que abarca conhecimentos tanto das ciências naturais como das ciências sociais, relacionando-os para obter respostas às suas problematizações.

Ao refletir sobre a categoria território e fazer uma breve análise sobre a trajetória da evolução deste conceito foi possível perceber uma significativa transformação desde as análises feitas por Ratzel até as mais atuais e complexas, relacionando esta categoria às ações políticas, culturais e econômicas, elaboradas por diversos geógrafos contemporâneos.

Quanto à questão metodológica, constatou-se que a Geografia utilizou vários métodos empíricos e quantitativos até alcançar o Materialismo Histórico Dialético. Levando-se em consideração que o mundo está em constante movimento e transformação, e que a ciência geográfica analisa todo esse movimento de forma integrada – homem / natureza – esse método histórico e dialético vai permitir uma análise crítica por parte da Geografia, criando uma nova visão da totalidade e concretude do seu objeto de estudo.

Sob a perspectiva de análise da espacialização das doenças em determinados recortes espaciais, fica evidenciado que o conceito de território desponta como uma importante ferramenta teórica, através da qual podem se orientar as práticas de investigação e gestão em saúde pública. Neste sentido as análises territoriais se consolidam como suportes fundamentais e vem sendo largamente utilizados por geógrafos e epidemiologistas dedicados ao tema da Geografia da Saúde no país.

Dessa forma, a Geografia assume um papel relevante para a promoção de qualidade de vida e bem-estar social. Atuando junto ao desenvolvimento de atividades de planejamento que propiciam espaços promotores de saúde. Ou seja, que tenham a capacidade de estabelecer novos modelos de produção de espaços salubres à população. Uma vez que, os usos e as funções de cada recorte espacial admite a constituição de perfis territoriais que, segundo Faria e Bortolozzi (2009) apontam as condições de acesso aos serviços de saúde, exposição a fatores de risco, exclusão socioespacial, entre outros fatores determinantes das situações de saúde em

grupos sociais. Nesta perspectiva, a Geografia assume a responsabilidade de reorientar a lógica de construção e apropriação dos territórios.

Considerando-se a participação de uma Geografia Crítica, ou seja, a Geografia assumindo uma postura de oposição a uma realidade social e espacial contraditória e desigual, fazendo do conhecimento geográfico um meio de crítica e transformação do *status quo*, acredita-se na elaboração de outra lógica de organização territorial, que seja contrária à desigualdade social e que tenha um cunho revolucionário. Suplantando assim este modelo capitalista baseado na individualidade, no consumismo, num conjunto de signos e símbolos orientados pela competição, aglomeração, especialização e fragmentação.

Portanto, é possível perceber a intensa preocupação da Geografia Crítica com a transformação da realidade. Não basta apenas observar, compreender, é necessário e vital compreender para mudar. De acordo com Costa & Rocha (2010), o pesquisador busca compreender a essência oculta nas relações sociais historicamente produzidas com a finalidade de transformá-las. Assim a Geografia da Saúde precisa ter um maior reconhecimento da importância de sua atuação na busca por uma melhor interação entre a sociedade e a natureza.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Organização Pan-Americana da Saúde. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica.** Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 116 p.

BUKHARIN. Nikolai Ivanovich. **Tratado de Materialismo Histórico.** Centro do Livro Brasileiro. Trad. Edgard Carone. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. **Geografia: Conceitos e Paradigmas – Apontamentos Preliminares.** Rev. GEOMAE Campo Mourão, PR v.1 n.2, p.25 – 56, 2º Sem 2010. ISSN 2178-3306.

FARIA, Rivaldo Mauro de; BORTOLOZZI, Arlêude. **Espaço, Território e Saúde: Contribuições de Milton Santos para o Tema da Geografia da Saúde no Brasil.** R. RA'É GA, Curitiba, n. 17, p. 31-41, 2009. Editora UFPR. Disponível em: Acesso em: 13/09/2012.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2005.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico.** São Paulo: Global, 1980.

MONKEN, Maurício; PEITER, Paulo; BARCELLOS, Christovam; ROJAS, Luisa Iñiguez, NAVARRO, Marli; GONDIM, Grácia M. M.; GRACIE, Renata. **O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente.** 2009. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/ArtCient/21.pdf>. Acesso em: 20/09/2012

MORAES, A. Carlos Robert - **Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente.** São Paulo, Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, 2000.

ROSA, Luiz Carlos; e BECKER, Elsbeth Léia Spode. **Marxismo e Dialética na Perspectiva da Ciência Geográfica.** Disc. Scientia. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 31-41, 2006. ISSN 2179-6890.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6, N. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. -- ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 13/09/2012.

SOUZA, M. J. L. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: **Geografia: Conceitos e Temas** (I. E. Castro; P. C. G. Costa & R. L. Corrêa, Roberto, org.), 1995, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.